

VOTORANTIM CORRETORA DE SEGUROS S.A.

CNPJ/MF nº 09.023.931/0001-80

Alameda Tocantins, nº 125, 24º andar, Salas 2401 e 2402, Complemento A, Edifício West Side, Alphaville, Barueri - (SP), Brasil, CEP 06455-020

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos as demonstrações financeiras da Votorantim Corretora de Seguros S.A. ("VCS"), relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.
A VCS é uma companhia de capital fechado que opera na forma de corretora de seguros, principalmente na realização de corretagem, intermediação, administração, consultoria e anuidade na área de seguros e na área de serviços de assistência caracterizados como serviços complementares às atividades de seguros. As

operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, inclusive em relação ao gerenciamento de riscos.
No encerramento de 2019, a VCS registrou lucro líquido de R\$ 324,7 milhões (R\$ 294,9 milhões em 2018) e patrimônio líquido de R\$ 680,6 milhões (R\$ 473,5 milhões em 2018).
Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório, correspondente a 25% do lucro de cada período, deduzida a reserva legal. Porém, em ocasião do encerramento do exercício de 2019, o valor de dividendos cabíveis aos acionistas sobre o lucro do período totalizou R\$ 124,8 milhões, sendo R\$ 98,7 milhões

a débito de dividendos e o restante, R\$ 26,1 milhões de juros sobre capital próprio.
A administração da Votorantim Corretora de Seguros agradece aos acionistas, clientes e parceiros pela confiança depositada e aos colaboradores pelo contínuo empenho e dedicação.
São Paulo, 5 de março de 2020

A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	31.12.2019	31.12.2018		Nota	31.12.2019	31.12.2018
ATIVO CIRCULANTE		654.273	638.980	PASSIVO CIRCULANTE		201.737	163.416
Caixa e equivalentes de caixa	4	64	41	Provisões para contingências	19	542	504
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	5a	556.871	540.510	Passivos tributários correntes	11a	152.161	153.213
Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado	7	39.234	34.061	Passivos tributários diferidos	11b	4.279	554
Ativos tributários correntes	8	58.089	64.134	Dividendos a pagar	13c	1.870	6.500
Outros ativos	10	15	234	Outros passivos	12	42.885	2.645
ATIVO NÃO CIRCULANTE		255.279	8.446	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		27.222	10.503
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	5a	235.220	-	Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado - Derivativos	6	27.222	10.503
Ativos tributários diferidos	9	18.994	3.958	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		680.593	473.507
Outros ativos	10	1.065	4.488	Capital Social	13a	328.595	223.522
TOTAL DO ATIVO		909.552	647.426	Reservas		343.691	248.910
				Outros resultados abrangentes	13d	8.307	1.075
				TOTAL DO PASSIVO		909.552	647.426

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	Capital Social	Reservas de Lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
EVENTOS						
Saldo em 31.12.2017		223.522	24.017	186.075	-	433.614
Dividendos intermediários	13c	-	-	(186.075)	-	(186.075)
Lucro líquido do período	13c	-	-	-	294.940	294.940
Ajustes ao valor justo	13d	-	-	-	1.075	1.075
Destinações:						
Reserva legal	13c	-	14.747	-	-	(14.747)
Dividendos mínimos obrigatórios	13c	-	-	-	(70.047)	(70.047)
Reserva estatutária	13c	-	-	210.146	-	(210.146)
Saldo em 31.12.2018		223.522	38.764	210.146	1.075	473.507
Mutações do período		-	14.747	24.071	-	39.893
Saldo em 31.12.2018		223.522	38.764	210.146	1.075	473.507
Aumento de capital	13a	105.073	-	(105.073)	-	-
Lucro líquido do período		-	-	-	324.654	324.654
Ajustes ao valor justo	13d	-	-	-	7.232	7.232
Destinações:						
Reserva legal	13c	-	16.233	-	-	(16.233)
Dividendos	13c	-	-	-	(98.728)	(98.728)
Juros sobre capital próprio	13c	-	-	-	(26.072)	(26.072)
Reserva estatutária	13c	-	-	-	(183.621)	(183.621)
Saldo em 31.12.2019		328.595	54.997	288.694	8.307	680.593
Mutações do período		105.073	16.233	78.548	7.232	207.086

O Lucro por Ação está divulgado na Demonstração do Resultado.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

1. A VOTORANTIM CORRETORA DE SEGUROS E SUAS OPERAÇÕES

A Votorantim Corretora de Seguros S.A (Companhia, Entidade ou Instituição) é uma companhia de capital fechado que opera na forma de corretora de seguros, principalmente na realização de corretagem, intermediação, administração, consultoria e anuidade na área de seguros e na área de serviços de assistência caracterizados como serviços complementares às atividades de seguros.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro (Conglomerado Econômico-Financeiro Votorantim), inclusive em relação ao gerenciamento de riscos. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos em conjunto ou individualmente.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas conforme as disposições previstas na legislação societária vigente, tendo a sua base de preparação as práticas contábeis adotadas no Brasil.

b) Base de reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de instrumentos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Os instrumentos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham expirado ou tenham sido transferidos, neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade do instrumento financeiro. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na Demonstração do Resultado em Receitas/Despesas de juros no exercício em que ocorrem.

Os valores justos dos ativos financeiros com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra e venda. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recém contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado dependendo do mínimo possível de informações geradas pela Administração.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

As Demonstrações Financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d) Estimativas contábeis e julgamento

A elaboração das Demonstrações Financeiras requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas regularmente.

e) Autorização das demonstrações financeiras

A emissão das Demonstrações Financeiras foi autorizada pela Administração em 05 de março de 2020.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados e de maneira uniforme.

a) Auração do resultado

As receitas são reconhecidas de acordo com os conceitos estabelecidos no CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente ou CPC 48 - Instrumentos Financeiros, de acordo com a natureza de prestação de serviço ou rendimento de instrumento financeiro.

As despesas são reconhecidas nas demonstrações contábeis dos períodos a que se referem, seguindo o conceito das normas aplicáveis.

As receitas e as despesas de juros decorrentes dos ativos e passivos que rendem e pagam remuneração são reconhecidas no resultado do período de acordo com os conceitos estabelecidos no CPC 48, pela taxa efetiva de juros.

Despesas de serviços provindas de contratos com clientes são reconhecidas de acordo com os princípios descritos no CPC 47, pelo valor que reflete contraprestação a que a entidade espera ter direito em troca desses produtos ou serviços, já líquido dos efeitos de cancelamentos de contratos de seguros.

A Companhia reconhece as receitas com contratos de seguros e a obrigação de restituição pelo cancelamento dos contratos, atualizando a mensuração da obrigação de restituição no final de cada período de reporte para alterações do valor de restituições, reconhecendo estes ajustes correspondentes como reduções da receita.

O processo de reconhecimento de receitas ocorre de acordo com as seguintes etapas:

- Identificação do contrato e obrigações de desempenho;
- Determinação do preço da transação;
- Alocação do preço da transação; e
- Reconhecimento da receita.

Despesas com serviços prestados e comissões pagas são apropriadas ao longo do período em que os serviços são prestados.

Se houver um instrumento financeiro associado e as receitas provenientes das tarifas e comissões forem consideradas como parte da taxa de juros efetiva, deixam de ser reconhecidas pelo CPC 47 e passam a ser reconhecidas considerando os preceitos do CPC 48, no resultado de forma diferida pelo fluxo e prazo do instrumento financeiro.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e outras aplicações, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, cujo vencimento das operações, na data efetiva da aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias.

c) Ativos e passivos financeiros

Ativos e passivos financeiros incluem os ativos e passivos financeiros, incluindo os instrumentos financeiros derivativos devem ser reconhecidos no Balanço Patrimonial e mensurados de acordo com a categoria no qual o instrumento foi classificado.

Os ativos e passivos financeiros podem ser classificados sob as seguintes categorias:

- Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR);
- Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado - designados a valor justo;
- Ativos financeiros mensurados ao valor justo através de outros resultados abrangentes (VJORA);
- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR);
- Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado - designados a valor justo;
- Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A classificação contábil depende tanto da definição do Modelo de Negócios quanto do atendimento ao teste SPPI (Solely Payments of Principal and Interest - Somente Pagamento de Principal e Juros).

O teste de SPPI evidencia se os fluxos de caixa das operações são exclusivamente formados por pagamentos de principal e juros sobre o montante principal em aberto, esta avaliação é baseada na análise de performance e nos termos do ativo financeiro. Deste modo, é necessário avaliar se os ativos financeiros incluem termos contratuais que podem mudar o período ou a quantidade dos fluxos de caixa contratuais.

Os Modelos de Negócios da Companhia refletem como um ativo financeiro ou grupos de ativos financeiros são gerenciados para se alcançar um objetivo de negócio. Sendo assim, a classificação dos modelos de negócios dos ativos financeiros da Companhia é feita conforme cada produto ou carteira de produtos é gerenciado, conforme requerido pelo CPC 48 e descrito a seguir:

Modelo de Negócio cujo objetivo é manter ativos com o fim de receber fluxos de caixa contratuais: nesse modelo os ativos são mensurados ao custo amortizado, utilizando-se a taxa de juros efetiva;

Modelo de Negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros: nesse modelo os ativos são mensurados ao valor justo, ganhos e perdas não realizados (exceto perda de crédito esperada, diferenças cambiais, dividendos e juros) são reconhecidos no Patrimônio Líquido; e

Outros Modelos de Negócio: nesse modelo são classificados os ativos que não estejam enquadrados em nenhum dos modelos descritos anteriormente ou que tenham sido designados a valor justo no resultado, sendo mensurados ao valor justo, ganhos e perdas são reconhecidos diretamente no resultado.

A classificação contábil segue o modelo de negócio atribuído, a menos que o instrumento não atenda ao Teste de SPPI. Os ativos financeiros que não passam no teste de SPPI não podem ser mensurados por meio de custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes, devendo obrigatoriamente serem mensurados por meio do valor justo por meio de resultado (marcação a mercado no resultado).

Esses ativos podem ser mensurados como custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou valor justo por meio do resultado;

Custo amortizado: A contabilização deste método de mensuração é realizada por meio da apropriação (accrual) dos juros do ativo financeiro no resultado;

Valor Justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): A contabilização deste método de mensuração é realizada por meio da marcação a mercado do ativo financeiro no patrimônio líquido na rubrica "Outros Resultados Abrangentes";

Valor Justo por meio do resultado (VJR): A contabilização deste método de mensuração é realizada por meio da marcação a mercado do ativo financeiro no resultado.

(i) Instrumentos de Patrimônio

As características destes ativos financeiros não atendem os conceitos do teste SPPI, ou seja, não apresentam exclusivamente pagamento de principal e juros. Desta forma, automaticamente estes ativos devem ser classificados como valor justo por meio do resultado (VJR), exceto se a entidade optar pela opção irrevogável de classificá-los como valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Caso essa exceção seja utilizada, os ganhos ou perdas no valor justo do ativo são reconhecidos em outros resultados abrangentes e não são reclassificados para o resultado em nenhuma hipótese, somente dividendos recebidos são reconhecidos em resultado.

A metodologia de avaliação ao valor justo foi estabelecida com observância de critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou, na falta desse, o valor de ajuste diário das operações de mercado futuro divulgados por fontes externas ou o valor líquido provável de realização obtido com a utilização de curvas de valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, índice de preços e moedas, além de eventuais ajustes nos preços de títulos de baixa liquidez.

Os rendimentos auferidos com os ativos financeiros, independentemente da categoria em que estão classificados, são calculados *pro rata die*, com base na variação do indexador e na taxa efetiva de juros, pelo método exponencial ou linear, até a data do vencimento ou da venda definitiva do título, sendo reconhecidos diretamente no resultado do período.

Instrumentos financeiros derivativos - Sempre mensurados a valor justo, os instrumentos financeiros derivativos que não atendam aos critérios de hedge têm seus ajustes ao valor justo registrados diretamente no resultado do período e apresentados na demonstração de resultado como "Resultado de instrumentos financeiros derivativos".

Instrumentos financeiros combinados com outros instrumentos financeiros, derivativos ou não, são tratados como instrumentos financeiros distintos e registrados, considerando as características econômicas e riscos diretamente relacionados com os do contrato principal.

Derivativos embutidos em instrumentos financeiros passivos são separados de seus contratos principais

e registrados, individualmente, caso as características econômicas e riscos do contrato principal e do derivativo embutido não sejam intrinsecamente relacionados, ou um instrumento individual com as mesmas condições do derivativo embutido satisfaça à definição de um derivativo.

d) Ativos e passivos tributários

O Imposto de Renda foi apurado com base na alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10% e a Contribuição Social foi apurada com base na alíquota de 9%, ambas, aplicáveis ao Lucro tributável.

A constituição do crédito tributário do Imposto de Renda e da Contribuição Social está fundamentado em estudo técnico comprobatório da capacidade de sua realização preparado pela Administração.

O PIS (Programa Integração Social) foi apurado com base nas alíquotas de 0,65% (regime cumulativo) e 1,65% (regime não cumulativo), ambos aplicáveis sobre as receitas auferidas pela Companhia, reduzida das exclusões e deduções permitidas pela legislação em vigor.

A COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) foi apurada com base na alíquota de 4% (regime cumulativo) e 7,6% (regime cumulativo e não cumulativo), ambos aplicáveis sobre as receitas auferidas pela Companhia, reduzida das exclusões e deduções permitidas pela legislação em vigor.

O ISS (Imposto Sobre Serviços) foi apurado considerando alíquota de 2% até 5% (alíquota varia de acordo com cada Município) sobre as receitas de serviços prestados pela Companhia.

Impostos correntes ativos e impostos correntes passivos somente são compensados, e o valor líquido é reportado no Balanço Patrimonial, quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

e) Outros ativos e outros passivos

Outros ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas (em base *pro rata die*) e provisão para perda, quando julgada necessária. Outros passivos estão demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridas (em base *pro rata die*).

Provisão para perdas por redução ao valor recuperável - Aplicação Geral
O modelo de redução ao valor recuperável prevê a constituição de provisão como perdas de crédito esperadas para 12 meses ou perdas de crédito esperadas para a vida inteira do contrato. Essa segregação se dá pela segregação das carteiras em estágios, a migração de estágios ocorre em função do aumento/diminuição significativa no risco de crédito dos instrumentos.

4. PRINCIPAIS NORMAS E INTERPRETAÇÕES QUE ENTRARAM EM VIGOR NO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

CPC 06 (R2) - Arrendamentos - O Pronunciamento substitui o CPC 06 (R1), bem como interpretação relacionada (ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil). Modifica a contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, apresentando um único modelo de arrendamento que consiste em: (a) reconhecer os arrendamentos com prazo maior que 12 meses e de valores substanciais; (b) reconhecer inicialmente o arrendamento no ativo e passivo a valor presente; e (c) reconhecer a depreciação e os juros do arrendamento separadamente no resultado. Para o arrendador, a contabilização permanecerá segregada entre operacional e financeiro. Efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2019. Não houve impactos na adoção da norma.

Principais normas e interpretações que entrarão em vigor após o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e sem adoção antecipada pelo Conglomerado e sem adoção antecipada

Resumo das Principais Práticas Contábeis - revisão cujas principais alterações referem-se a: definições de ativo e passivo; critérios para reconhecimento, baixa, mensuração, apresentação e divulgação para elementos patrimoniais e de resultado. Alteração efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2020. Não haverá impactos na adoção da norma.

Normas e interpretações que entrarão em vigor no exercício findo em 31 de dezembro de 2018

CPC 48 - Instrumentos Financeiros - Pronunciamento que visa substituir o CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, bem como interpretações relacionadas (ICPC 06 - Hedge de Investimento Líquido em Operação no Exterior, exceto para as entidades que optarem por continuar a utilizar o registro de *hedge accounting* pelo CPC 38 e OCPC 03 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação). O CPC 48 inclui: (a) classificação e mensuração de ativos baseadas nos modelos de negócios da instituição; (b) um modelo único de *impairment* para instrumentos financeiros, que oferece uma resposta às perdas esperadas; (c) a remoção da volatilidade em resultado oriunda de risco de crédito próprio; e (d) uma nova abordagem para a contabilização de *hedge*. Norma efetiva para exercícios iniciados em 1º de Janeiro de 2018.

5. COMPOSIÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2019	31.12.2018
Disponibilidades	64	41
Total	64	41

6. ATIVOS FINANCEIROS - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Composição da carteira por categoria e por tipo de papel

	31.12.2019			31.12.2018		
	Valor	Valor de	Ajuste	Valor	Valor de	Ajuste
	custo	mercado	ao valor	custo	mercado	ao valor
	(contábil)	(contábil)	justo	(contábil)	(contábil)	justo
1 - Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	779.504	792.091	12.587	538.881	540.510	1.629
Certificado de Depósito Bancário	235.220	235.220	-	32.053	32.053	-
Notas do governo de outros países	544.284	556.871	12.587	506.828	508.457	1.629
Total	779.504	792.091	12.587	538.881	540.510	1.629

b) Composição por faixa de vencimento

	31.12.2019	31.12.2018
Até 1 ano	556.871	540.510
De 1 a 5 anos	234.220	-
Acima 10 anos	897	-
Total	792.091	540.510

c) Receitas de juros

	31.12.2019	31.12.2018
Títulos de renda fixa	5.049	32.633
Títulos no exterior	37.457	6.828
Total		

